



I Encontro nacional de pesquisa em História da Educação Matemática

MESA 1

“O problema da documentação para a história da educação matemática: localização, acesso, organização, manutenção e utilização de documentos históricos”.

Coordenador: Prof. Dr. André Mattedi Dias (UFBA)

Por **Prof. Dr. Bruno Alves Dassie**

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Nesse texto apresento reflexões sobre a temática desta mesa redonda, elaboradas a partir de experiências que estão sendo realizadas em pesquisas no campo da História da Educação Matemática, desde o curso de Mestrado até as produções recentes após vínculo com a Universidade Federal Fluminense. Em particular, trato dos documentos pessoais em arquivos pessoais, com características públicas e privadas; livros didáticos e possibilidades de diferentes usos como fonte; e, por fim, a utilização de Diários Oficiais para além de recurso consultivo de legislações. Quanto aos documentos pessoais, considero no texto as relações entre os aspectos de sua organização e a constituição do acervo e a produção decorrente do uso dessas fontes. Tomo como exemplo, os trabalhos no Arquivo Gustavo Capanema, no Arquivo Pessoal Euclides Roxo e na organização do Arquivo Pessoal Tiago Ferreira da Costa, com documentos do Colégio São Bento do Rio de Janeiro datados entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. O livro didático, considerado aqui com suporte material em forma de livro, é tratado como fonte para o campo de pesquisa considerando suas relações com os programas de ensino, sua circulação e produção no Brasil. Destaco, em particular, os elementos *paratextuais* como recuso para pesquisas no campo, e aspectos das políticas públicas relacionadas com a Comissão Nacional do Livro Didático após a gestão de Gustavo Capanema. Finalizo o texto, apontando possibilidades de uso dos Diários Oficiais para além de recurso consultivo de legislações.

Documentos e arquivos pessoais

Minha primeira experiência no trabalho com história da educação matemática foi a pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Matemática na PUC-Rio, orientado pelo professor João Bosco Pitombeira, finalizado em 2001. Em particular tive contato com as propostas de Euclides Roxo sobre o ensino de matemática na escola secundária, entre o final da década de 1920 e início da década de 1940. A partir de então me dediquei à Reforma Educacional de 1942 elaborada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945. Início, assim, minhas pesquisas na área, debruçado sobre os documentos pessoais desse Ministro. O *Arquivo Gustavo Capanema* localiza-se na *Fundação Getúlio Vargas*, no *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC* –, na cidade do Rio de Janeiro¹. Não houve nenhuma dificuldade na localização dos documentos, pois o arquivo se encontra organizado em dossiês. E, em especial, um deles contém documentos relativos ao ensino de matemática².

Sem nenhuma reflexão sobre a ação de “escrever” história da educação, minha primeira iniciativa foi reorganizar o dossiê sobre o ensino de matemática. A lógica em alguns momentos foi pautada apenas pela cronologia, em outros pelas articulações entre os documentos do próprio dossiê. Por exemplo, em sua origem, todos os rascunhos de programas de ensino estão alocados sob o mesmo código, mas são versões distintas produzidas pelas discussões que se desenrolaram ao longo da elaboração da reforma. Neste momento do trabalho minha única pretensão foi distinguir a ordem de ocorrência dos eventos e construir uma narrativa. Acredito ter apenas elaborado um sumário das discussões sem destacar de maneira significativa as dimensões humanas e os processos sociais envolvidos.

Esse olhar inocente sobre a documentação talvez tenha me levado a uma visão ingênua que a partir da década de 1940 o ensino de matemática tenha seguido, para além do campo legal, todas as propostas impostas e materializadas principalmente em um programa de ensino.

Por outro lado, vejo que o trabalho com o acervo do Capanema favoreceu uma primeira reflexão sobre a pesquisa com arquivos pessoais:

¹ Para maiores detalhes, ver MOREIRA, R. (Org.) *Arquivo Gustavo Capanema: inventário analítico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

² GC g 1941.09.03.

Como se pode depreender da definição de arquivo privado, a unidade de cada um deles é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos. No caso dos arquivos privados pessoais, cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados. É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. (HEYEMANN, 1997, p. 42)

Cabe lembrar que o arquivo de Gustavo Capanema é um exemplo de acervo em que a configuração final foi também resultado do seu trabalho, pois ele “passou grande parte de sua vida política construindo seu arquivo, fazendo e refazendo ordens, planos e classificações, até o momento da doação ao CPDOC” (HEYEMANN, 1997, p. 47).

Em 2004, ao iniciar o doutorado, minha proposta de pesquisa envolvia novamente as propostas de Euclides Roxo. Consequentemente, me deparei novamente com os arquivos pessoais. O *Arquivo Pessoal Euclides Roxo – APER* – encontra-se no *Centro de Documentação e Biblioteca do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil – GHEMAT* – coordenado por Wagner Rodrigues Valente³.

Desta vez, mas ainda considerando que em diversos momentos o que foi feito poderia ser ressignificado, parte do “grande feitiço do arquivo privado”, na denominação de Gomes (1997), foi desfeito. Segundo esta pesquisadora (autodenominada de “viciada em arquivos privados e documentos pessoais”):

Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria “de fato”, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes [...].

Para o historiador, um prato cheio e quente. E acredito que, para ser degustado com o prazer que pode proporcionar, os historiadores devem se municiar dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada. (GOMES, 1997, p. 125)

Neste momento, as leituras de Norbert Elias (1993, 1995) ajudaram no processo de produção do texto. *Mozart: sociologia de um gênio* e *A sociedade dos indivíduos* foram leituras importantes para o entendimento das inter-relações entre *individual* e

³ O Inventário Sumário do APER pode ser visto em http://www.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/E_ROXO_Ficha_Tecnica.pdf.

coletivo. Nesse sentido, a pesquisa no *Arquivo Pessoal Euclides Roxo* fomentou o entendimento de outros *contextos* e de outras *histórias*. Para Heymann (1997),

Se é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação, única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo, por outro lado uma associação pura e simples entre esses dois elementos poderia levar a pelo menos dois equívocos. Primeiramente, imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades desenvolvidas por ele. De fato, nem sempre existe uma equivalência entre história de vida e arquivo pessoal. (HEYMANN, 1997, p. 44)

Por isso, no trabalho com documentos pessoais é necessário,

[...] traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa [...] formava, em sua interdependência com outras figuras da época. [...] Só dentro da estrutura de tal modelo [das estruturas sociais da época] é que se pode discernir o que uma pessoa como Mozart [ou como Euclides Roxo], envolvida por tal sociedade, era capaz de fazer enquanto indivíduo, e o que – não importa sua força, grandeza ou singularidade – não era capaz de fazer. Só então, em suma, é possível entender as coerções inevitáveis que agiam sobre Mozart [e sobre Euclides Roxo] e como ele se comportou em relação a elas – se cedeu à sua pressão e foi assim influenciado em sua produção musical [educacional], ou se tentou escapar ou mesmo se opor a elas. (ELIAS, 1995, p. 18-19)

A leitura das fontes pessoais e a busca por outras foram guiadas por essas ideias, e considero que, ao menos, os dados biográficos de Euclides Roxo não foram usados somente para situá-lo historicamente, mas sim para mostrar que a opção “existencial pela tarefa educativa” foi um nó onde se entrelaçaram “a história pessoal, a experiência de geração e a sua produção” (NUNES, 1998), tornando-se, assim, um intelectual-educador (DASSIE; CARVALHO, 2010).

Uma terceira experiência com arquivos pessoais foi a organização de documentos de um ex-aluno do Colégio São Bento no Rio de Janeiro, datados entre o final da década de 1960 e a década de 1970, feita em parceria com uma aluna de iniciação científica, Letícia Ferreira da Costa.

Na primeira etapa de organização dos documentos nos preocupamos com a acumulação que originou o acervo, pois esse trabalho

preconiza que a documentação acumulada por determinada instância, seja ela uma pessoa física ou uma instituição, pública ou privada, deve ser mantida coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma singularidade orgânica que lhe confere sentido, por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação. (HEYMANN, 1997, p. 43).

O arquivo é composto, essencialmente, por cadernos escolares, listas de exercícios com algumas de suas respectivas resoluções, provas e testes e fragmentos de apostilas de conteúdo. Totalizando seis unidades, os cadernos são datados entre anos de 1971, quando o ex-aluno cursava o 2º ano ginásial, e 1976, ano em que deixou o Colégio, ao terminar o 3º ano científico. Apenas um dos seis cadernos não contém data explicitamente, porém uma análise de conteúdo e testemunho do próprio ex-aluno permitiu concluir o ano e a série escolar correspondente. As quase trinta listas de exercício perfazem um total de mais de 600 tarefas, abordando conteúdos de todas as séries. Quanto às provas e testes, são relativos apenas ao 2º e 4º anos do ginásio e aos dois primeiros anos do científico. Em todos estes documentos constam o nome do aluno, a série, a data e o nome do professor. Estes três grandes conjuntos de cadernos, listas de exercícios e provas foram facilmente identificados como tais por sua própria natureza. Quanto ao restante dos documentos do acervo, foi necessária uma análise mais pontual e um olhar mais específico para o conteúdo a fim de serem identificados. Foi o caso, por exemplo, dos fragmentos de apostilas de conteúdo.

Este projeto de Iniciação Científica apresenta as primeiras reflexões sobre o material em relação aos conteúdos tratados no colégio citado e o Movimento da Matemática Moderna (seleção e distribuição dos conteúdos e aproximações/adaptações das propostas de Papy). A trama de condicionantes para o entendimento da proposta particular do Colégio São Bento ainda é uma etapa a ser cumprida.

Por fim, cabe destacar o que acredito ser os desafios no trabalho com e na organização dos arquivos pessoais: a) atentar para o fato de que o responsável pela organização e sua ingerência sobre os documentos é um fator a ser considerado pelo pesquisador, pois ele “exerce papel preponderante na construção das fontes”, estabelecendo os critérios que serão considerados na elaboração das unidades (HEYMANN, 1997, p. 51); b) é necessário fazer escolhas, “ter coragem e segurança para descartar muito do que coletou, hierarquizando seus documentos e deixando claro para o leitor que é ele, pesquisador, quem conduz a fonte, e não por ela

conduzido/possuído” (GOMES, 1998, p. 125-126); c) e, também como observado por Gomes (1998),

é bom não confundir a qualidade/originalidade da fonte com a qualidade/densidade do texto. Este dependerá sempre e fundamentalmente da qualidade do historiador [...]. A descoberta, a produção e a invenção de fontes podem ser infinitas, mas a imaginação e a criatividade do pesquisador estão na própria origem desse processo que [...] se articula com as permanentes transformações do campo historiográfico. (GOMES, 1998, p. 126)

Livros didáticos⁴

A pesquisa realizada durante o curso de Doutorado, já citada, apresentou uma trajetória pessoal do professor Euclides Roxo constituindo uma relação entre sua atuação e alterações estruturais da matemática escolar do ensino secundário. Na ocasião, estabeleci uma relação direta entre programas de ensino e livro didático, elementos importantes em investigações em história da educação matemática.

A análise feita fomentou uma proposta de pesquisa, financiada pela FAPERJ, em modalidade Auxílio Instalação, que teve por objetivo analisar as mudanças ocorridas nos livros didáticos destinados ao ensino da matemática na escola secundária entre o final da década de 1920 e a década de 1940. A mudança nos rumos na matemática escolar, ao menos no plano legal, neste período é dada pela implantação no Colégio Pedro II, em 1929, de novos programas para a primeira série do ensino secundário. Além de mudanças metodológicas, há a introdução de novos conteúdos. Apesar de ter sido uma reforma interna, a influência desta instituição de ensino foi marcante ao ponto de extrapolar os limites do Colégio Pedro II. Considero, como exemplo, as obras de Savério Cristóforo e Jacomo Stávale. Além disso, as oportunidades profissionais, as relações pessoais, a crescente atuação nas questões ligadas ao ensino e os cargos assumidos por Euclides Roxo após a reforma de 1929 permitiram que ele estivesse à frente das discussões sobre o ensino da matemática nas reformas educacionais realizadas no Brasil em 1931 e 1942. Embora essas reformas tenham sido impregnadas de interesses políticos e negociações entre diversas instâncias sociais desde 1929, vejo uma intenção de Euclides Roxo em direcionar a execução dos programas e, de maneira indireta, a produção de livros didáticos. Há uma tentativa de controle (para além da seleção dos conteúdos) da abordagem e da metodologia de ensino, para que os novos

⁴ Estamos considerando aqui *livro didático* materializado em forma de *livro*, “um dos muitos suportes de textos presentes na sala de aula” (BATISTA, 1999, p. 535).

objetivos da matemática na educação secundária fossem atingidos. No entanto, a larga produção de livros didáticos editados para atender as reformas mostra uma diversidade nas escolhas dos diferentes autores para o tratamento dos conteúdos.

Nesses trabalhos, minhas atenções foram direcionadas ao conteúdo (seleção, distribuição, abordagem e metodologia), porém, eu gostaria de destacar dois pontos em relação a este tipo de material.

O primeiro deles se refere ao número de obras editadas no Brasil para o ensino da matemática, principalmente no curso secundário, na primeira metade do século XX. Ao longo dessas pesquisas foi necessário fazer um levantamento e a aquisição de exemplares de livros do “tipo” *aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e matemática*. E ao todo, já foram localizados/catalogados cerca de 350 volumes distintos publicados no Brasil, sem considerar as diversas edições e os autores estrangeiros⁵.

Esse levantamento, e outros que são desenvolvidos, como por exemplo, os acervos do GHEMAT, já citado, e do *Grupo História Oral e Educação Matemática – GHOEM*, coordenado por Antonio Vicente Marafioti Garnica, ampliam a base documental para futuras pesquisas, bem como favorecem análises de aspectos importantes em trabalho que tomam o livro didático como objeto, como por exemplo, circulação, leitura e questões editoriais:

Livros didáticos têm sido objeto e fonte de um grande número de pesquisas na Educação Matemática. Historiadores da educação mostram o quão complexo é esse material didático. Trata-se de um produto cultural. Como tal, é preciso compreendê-lo em seu processo de produção física, material; em seu contexto de elaboração intelectual; nas múltiplas faces que por vezes se entrecruzam na autoria dos textos; nas formas de circulação que os livros ganham; no uso deles em diferentes épocas; nas suas diferentes edições e em tantos outros aspectos necessários ao entendimento de um bem cultural. (VALENTE, 2011)

Além disso, a ampliação da base de dados de livros didáticos de matemática no Brasil vem mostrando que a produção deste tipo de material, na primeira década do século XX, é tão ampla quanto sua produção a partir da década de 1960, quando considerado outros aspectos. Por exemplo, para Soares (1996)

Na segunda metade do século XX, expande-se extraordinariamente o número de escolas e de alunos, como consequência da democratização do ensino, crescendo, pois, o número de consumidores do livro didáticos, o que leva à produção de um maior número de obras, em

⁵ Como veremos em seguida, este número pode ser ainda maior considerando a circulação de obras didáticas.

busca da conquista desse novo e promissor mercado; diminui, sim, o número de edições e tiragens de cada obra, mas cresce o número de obras [...]. (SOARES, 1996, p. 58)

Por outro lado, no período entre 1938 e 1943, em termos relativos, os livros didáticos já ocupavam o segundo lugar na produção de livros no país, considerando os diversos gêneros, como mostram as tabelas a seguir:

Empreendimentos editoriais/Gêneros (9122 obras)	Seis maiores editoras (%)	Conjuntos das pequenas gráficas (%)	Conjunto das seis editoras de grande porte (%)	Conjunto das seis editoras de porte médio (%)	Conjunto das pequenas editoras (%)	Conjunto das editoras religiosas (%)	Edições financiadas pela grande imprensa (%)	Edições financiadas pelo Estado (%)	Edições financiadas pelos autores (%)	Conjunto
Ficção (1527 obras)	23,0	9,7	20,0	17,0	20,0	11,0	11,0	1,3	3,5	17,0
Didáticos (1240 obras)	22,0	8,5	11,5	16,0	5,7	5,0	4,5	3,5	4,5	14,0

Tabela 1 - A produção de livros segundo o gênero e as editoras (1938-43)

Informações extraídas de Miceli (2001, p. 152-153)

Seis maiores editoras/Gêneros (3239 de obras)	Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira (São Paulo/Rio de Janeiro) (%)	Editora Globo (Porto Alegre) (%)	Editora José Olympio (Rio de Janeiro) (%)	Editora Irmãos Pongetti (Rio de Janeiro) (%)	Editora Francisco Alves (Rio de Janeiro) (%)	Editora Melhoramentos (São Paulo) (%)	Conjunto das seis maiores editoras (%)
Ficção (748 obras)	22,0	36,0	33,5	28,0	2,5	7,0	23,0
Didáticos (702 obras)	26,0	11,0	1,5	4,0	65,0	28,0	22,0

Tabela 2 - A produção das maiores editoras segundo o gênero (1938-1943)

Informações extraídas de Miceli (2001, p. 152-153)

Como relatado por Micelli (2001),

As transformações do panorama editorial se devem, de outro lado [além da produção de literatura de ficção], às mudanças por que passava o sistema de ensino. A abertura das primeiras faculdades de educação, de filosofia, ciências e letras, a criação de novos cursos

superiores, a reforma dos currículos, com a introdução de disciplinas recém-consolidadas, os impulsos que recebeu o ensino técnico e profissionalizante, decerto moldaram o ritmo e as feições que assumiu o surto editorial. A farta produção de obras pedagógicas acompanhou de perto os lances do enfrentamento entre as diversas correntes de educadores profissionais que buscavam firmar suas posições diante das reformas empreendidas pelo Estado. (MICELLI, 2001, p. 155)

O segundo ponto que desejo destacar se relaciona com elementos do livro didático, que podemos denominar de *paratextos*, como concebido por Genette (2009).

Segundo este autor

A obra literária consiste, exaustiva ou essencialmente, num texto, isto é (definição mínima), numa sequência mais ou menos longa de enunciados verbais mais ou menos cheios de significação. Contudo, esse texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo o caso o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro. Esse acompanhamento, de extensão e conduta variáveis, constituiu o que em outro lugar batizei de paratexto da obra [...] Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. (GENETTE, 2009, p. 9, grifos do autor)

Foi possível perceber, consequência do mapeamento citado, a presença de diversos *paratextos* e suas funções: nome do autor seguido de dados biográficos sobre formação e atuação; títulos e subtítulos da obra; título da coleção; indicações sobre adoção; informações sobre legislação vigente; dados sobre a edição; ilustrações específicas; preço de venda; pareceres; notas do editor ou do autor; prefácios; cartas destinadas ao autor; lista de obras do mesmo autor; notas de rodapé; e anexos. Estes elementos encontram-se na capa, nas páginas iniciais, ao longo do texto e no final do livro e são produtos do autor e do editor, as pessoas responsáveis pelos *paratextos* (GENETTE, p. 12 e 15). Acredito que esses elementos possam ser utilizados como subsídios para uma análise da história da educação matemática devido à diversidade de fatos que os mesmos revelam.

Em particular, tais elementos favorecem o entendimento de “aspectos relacionados com o modelo pelo qual os livros, textos ou impressos didáticos ‘encenam’ sua leitura e sua utilização” (BATISTA, 1999, p. 544), como destacado por Teixeira e Gondra (2010):

Para Bittencourt “nos livros didáticos existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências, introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias” (2004, p. 5). Nessa mesma linha, Chartier (2003) adverte para a necessidade de se considerar a dimensão material e tipográfica do livro, o que, em sua perspectiva, oferece elementos importantes para se compreender as prescrições de leitura que o livro aponta. (TEIXEIRA; GONDRA, 2010, p. 121)

E, como o próprio Gennette (2009) considera:

[...] definir um elemento de paratexto consiste em determinar seu lugar (pergunta onde?), sua data de aparecimento e às vezes de desaparecimento (quando?), seu modo de existência, verbal ou outro (como?), as características de sua instância de comunicação, destinador e destinatário (de quem? a quem?) e as funções que animam sua mensagem: para fazer o quê?. (GENETTE, 2009, p. 12, grifos do autor)

Uma síntese descritiva desses elementos encontra-se em Dassie (2011) e foi apresentada no *I Congresso Ibero-Americano de História da Educação Matemática*, em Covilhã, Portugal. Um avanço no uso desses elementos em pesquisas no campo encontra-se em Andrade (2012) com a aproximação da concepção de *paratextos*, tomados como recurso analítico, e o referencial metodológico da Hermenêutica da Profundidade.

Outra experiência relacionada ao tema desta mesa e o livro didático se refere às questões de políticas públicas, que “paralelamente às análises sobre os conteúdos”, como considerado por Bittencourt (2004), foram sendo incorporadas nos trabalhos de pesquisa, principalmente “as relações entre as políticas públicas e a produção didática, evidenciando o papel do Estado nas normatizações e controle da produção” (BITTENCOURT, 2004, p. 471). Nesse sentido, Oliveira (1984) e Freitag, Costa e Motta (1987)⁶ ainda são fontes bibliográficas significativas, pois apresentam reflexões sobre o livro didático na perspectiva das políticas públicas, em particular, a partir da década de 1930, com a criação da CNLD, como iniciativa de legislar e controlar o livro didático no Brasil. E, em especial, retomo a discussão sobre fontes a partir das atividades dessa comissão.

As pesquisas de Oliveira (1984), Soares e Rocha (2005) e Ferreira (2008) apresentam detalhes sobre a criação e o funcionamento da CNLD, principalmente, na gestão Gustavo Capanema tomando como base documental o acervo do referido

⁶Esse trabalho foi publicado posteriormente com o título *O livro didático em questão*, pela Editora Cortez.

Ministro da Educação e Saúde. É destaque nessas pesquisas o relato da dificuldade de execução do trabalho por parte da CNLD. E que o centro das dificuldades enfrentadas publicamente pela CNLD no decorrer da gestão de Gustavo Capanema é a publicação das listas de livros aprovadas. Nas palavras de Oliveira (1984, p. 39), consequência da “mecânica do funcionamento pedagógico-burocrático”. Assim, iniciei uma investida na procura dessas listas.

As buscas foram feitas então no *Diário Oficial da União*, pois como previsto no decreto de criação da comissão, Art. 18º, o Ministério da Educação publicaria “no ‘Diário Oficial’, em janeiro de cada ano, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos do ensino, e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores” (BRASIL, 1938). Essa indicação e os *paratextos* com indicações relativas aos processos de avaliação dos livros fomentaram essa pesquisa, pois apontaram “pistas” sobre esta etapa do processo de avaliação. Em especial, destaco os *paratextos* relativos às avaliações da CNLD, como por exemplo, os que são encontrados em Stávale (1948).

Assim, após a localização das listas e outras leis, temos uma visão sobre o funcionamento da CNLD após a gestão de Gustavo Capanema no *Ministério da Educação e Saúde* (DASSIE, 2012). A partir dos documentos encontrados, foi possível observar como o Estado reafirmou a política do livro didático e como esta política articulou-se com o mercado editorial, principalmente, pelas pressões exercidas para a publicação das listas. Além disso, foi possível relacionar a política do livro didático com o momento de ressonância entre políticas autoritárias, da década de 1930, e os novos ideais dados a partir da década de 1940. Como observa Vieira (2007):

Os primeiros anos da redemocratização são agitados também no campo da educação, revelando elementos de contradição que expressam uma sintonia com o contexto político [...]. Pode-se dizer que o conceito de democracia limitada também se aplica às idéias pedagógicas que circulam no período. Assim, não é de estranhar a convivência entre tendências conservadoras e liberais, traço marcante do debate traduzido na Constituição de 1946. (VIEIRA, 2007, p. 300)

Assim, o trabalho com essas fontes (atos legais) favorecem o entendimento da “lei como campo de expressão e construção das relações e lutas sociais” (FARIA FILHO, 1998):

O último dos aspectos relacionados à lei para o qual interessa-me chamar a atenção, e com o qual temos lidado em nossas pesquisas, toma

como referência o fato da legislação, em suas várias dimensões e em seus vários momentos, significar, ao mesmo tempo, um dos modos como as lutas sociais são produzidas e expressas. Esse aspecto está ligado, sem dúvida, à compreensão de que também a lei, em sua dinâmica e contradições, objetiva a própria dinâmica das relações sociais em uma de suas manifestações. (FARIA FILHO, 1998, p. 113)

E nesse caso, conseqüentemente, tais atos legais expressam de maneira clara que a conceituação de livro didático foi “o resultado de um conjunto de decisões controladas” que influenciaram diretamente no suporte material dos textos (BATISTA, 1999, p. 567). Nesse caso, a lei considerava “livros didáticos os compêndios (livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas escolares) e os livros de leitura (livros usados para leitura dos alunos em aula)” (BRASIL, 1945). Ou seja, *livros didáticos* como *livros*.

Em, em relação aos livros de matemática destinados à escola secundária brasileira, futuras análises podem ser realizadas a partir da leitura e interpretação das listas ou a partir do cruzamento de fontes, como por exemplo, os pareceres que foram produzidos pela CNLD⁷. Algumas temáticas de investigação já se fazem presentes a partir da análise das listas e do processo de avaliação de livro didáticos após 1945. São elas: os critérios estabelecidos em particular para a avaliação dos livros de matemática; as editoras envolvidas no processo; a circulação e uso dos livros dos livros portugueses; as alterações nos livros didáticos já aprovados em relação ao reajuste dos programas do ensino secundário em 1951⁸. Por fim, é importante salientar que as listas da CNLD mostram que a produção de livros didáticos de matemática destinada à escola secundária no Brasil é significativamente ampla e envolve um grande número de *obras avulsas* em contraponto ao número das denominadas *coleções*. Essa última temática nos ajuda a resignificar as reformas Campos e Capanema, em particular, em sua execução. Conseqüentemente, uma volta às fontes, pois há uma relação direta entre programas de ensino e livro didático, observada prioritariamente nas *coleções* e não nas *obras avulsas*.

Diário Oficial para além da legislação

⁷ Por exemplo, Filgueiras (2008) localizou alguns pareceres no arquivo da Companhia Editora Nacional/IBEP.

⁸ Por exemplo, a coleção de *Elementos de matemática*, de Jácomo Stávale, elaborada para a Reforma Campos consta nas quatro primeiras listas (1947 e 1950) e suas edições após 1951 apresentam nota impressa sobre uso autorizado.

Para terminar, gostaria de destacar a possibilidade de utilização dos *Diários Oficiais* para além da legislação, ideia provocada pelo último trabalho citado acima.

Ao longo das buscas pelas listas da CNLD “esbarro” com certas publicações no D.O.U. que acredito que possam ser separadas, reunidas, distribuídas de outras maneiras, transformadas em documentos (CERTEAU, 2010). E, posteriormente como segundo passo, possam ser analisadas a partir de questões de pesquisa, para que sejam confrontadas criticamente com outras fontes e contribuam assim para a produção no campo. Vejamos alguns exemplos.

Em 10 de junho de 1893, se inicia uma série de publicações sobre *A educação nacional*, numa seção do D.O.U. denominada de *Redacção*. Essas publicações, em sua origem são assinadas por José Veríssimo Dias de Matos (1857 – 1916). As reflexões de José Veríssimo são, provavelmente, estimuladas pela mudança do regime governamental e suas relações com a educação. Em certo momento, não localizado ainda, os textos deixam de ser assinados por ele e alguns dos textos são traduções. Diversas temáticas são tratadas ao longo dos anos. Em uma das seções, publicada em 10 de maio de 1897 encontra-se, ao que tudo indica, uma tradução do relatório de “uma conferência sobre o estudo de instrução secundária de mathematica”, realizada entre os dias 28 e 30 de dezembro de 1892, em Cambridge, Massachusetts. São transcritas as quatro partes do documento: *Exposição geral das conclusões; Relatório especial sobre o ensino da arithmetica; Relatório especial sobre o ensino da geometria concreta; Relatório especial sobre o ensino da álgebra; Relatório especial sobre o ensino da geometria formal.*

Os outros exemplos são específicos sobre livros didáticos, em especial, informações sobre circulação e uso de livros no Brasil.

Em 30 de abril de 1904, foi publicado no D.O. de São Paulo, um parecer de 27 de fevereiro do mesmo ano, sobre uma revisão geral das obras didáticas “já aprovadas ou adaptadas nas escholas publicas do Estado”. O parecer apresenta a análise em dois grupos: os **livros didáticos**, separados em *livros de leitura, compêndios e manuais e livros diversos*; e **cadernos, mapas e materiais de ensino**. Ao final do parecer encontra-se uma lista de livros e as orientações para uso ou adoção. Mesmo sem uma análise guiada por uma questão de pesquisa, este relatório é significativo para reflexões sobre o conceito de livro didático⁹.

⁹ Ver Batista (1999).

Por fim, dois exemplos, bem pontuais. O primeiro refere-se aos pedidos de direitos autorais. Periodicamente, eram publicados pela Biblioteca Nacional os registros desses pedidos, contendo a descrição das obras, como o exemplo a seguir:

N. 5.874 — Requerido pelo autor Jaco-
como Stávale, brasileiro, residente á rua
Albuquerque Lins n. 312, na cidade de
São Paulo: — "Segundo ano de mate-
mática. — Para o segundo ano dos cur-
sos ginasiais seriados e dos cursos fun-
damentais das escolas normais". Um
volume com 320 páginas numeradas. O
registro é para a quinta edição. Im-
presso na cidade de S. Paulo, no ano de
1936.

D.O.U. de 03/04/1937

O segundo refere-se aos editais de concorrência publica para fornecimento de material, que apresentam, por exemplo, lista de livros didáticos, como podemos destacar:

I — Arithmetica

1. F. T. D. — Exercícios de calculo, com problemas sobre as quatro operações, para principiantes, exemplar.
2. Souza Lobo (J. T.) — Primeira arithmetica, exemplar.
3. Souza Lobo (J. T.) — Segunda arithmetica, exemplar.
4. Thiré (Arthur) — Arithmetica dos principiantes, exemplar.
5. Thiré (Arthur) — Arithmetica, curso médio, exemplar.
6. Thiré (Arthur) — Arithmetica gymnasial, exemplar.
7. Trajano (Antonio) — Arithmetica primaria, exemplar.
8. Trajano (Antonio) — Arithmetica elementar, exemplar.
9. Trajano (Antonio) — Arithmetica progressiva, exemplar.
10. Trajano (Antonio) — Chave da arithmetica progressiva, exemplar.

XI — Geometria

44. Borges (Abilio C.) — Geometria pratica, exemplar.
45. F. T. D. — Geometria elementar, exemplar.
46. Freire (Olavo) — Geometria elementar, exemplar.

D.O.U. de 31/05/1923

Collegio Militar

O conselho economico deste collegio, em sessão de 13 do corrente, recebe propostas para o fornecimento de livros e objectos de escriptorio abaixo declarados:

noçua, curso graduado da lingua inglesa, por Sadler; compendios de geometria, por Thimotheo Pereira; compendios de geometria de F.I. C.; compendios de topographia de F. I. C.; compendios de historia de Brasil, etc.

D.O.U. de 12/04/1896

Collegio Militar

De ordem do Sr. coronel commandante e presidente do conselho economico deste collegio, contracta-se com quem melhores vantagens offerecer, no dia 12 do corrente, o fornecimento de livros para os alumnos, durante o anno corrente, a saber:

Algebra de Bourdon, Anthologia nacional, de Fausto Barreto e Carlos de Laet; Arithmetica elementar, de B. Alves Carneiro, edição Licinio Barcellos; Arithmetica elementar, de Trajano, Arithmetica elementar, de Souza Lobo; Atlas, de Azevedo e Delamarche; Atlas

D.O.U. de 12/01/1899

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. M. “*Ensaio sobre o Ensino em geral e o de Matemática em particular*”, de Lacroix: uma análise de uma forma simbólica à luz do referencial metodológico da Hermenêutica da Profundidade. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.
- BATISTA, A.A.G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, 1999. (Coleção Histórias de Leitura), pp. 529-575.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DASSIE, B. A. *A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema*. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Departamento de Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Euclides Roxo e a constituição da educação matemática no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Paratextos editoriais e História da Educação Matemática: uma leitura de livros didáticos*. I Congresso Ibero-Americano de História da Educação Matemática. Covilhã, Portugal. Disponível em: <www.apm.pt/files/177852_C11_4dd7a3d450d31.pdf>. Acesso em 03 ago 2012.
- _____. A Comissão Nacional do Livro Didático após 1945 e os livros de matemática aprovados para uso no ensino secundário. In *HISTEDBR* (no prelo).
- DASSIE, B.A.; CARVALHO, J.B.P.F. Euclides Roxo: engenheiro, professor, intelectual e educador matemático. IN *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 23, nº 35A, p. 137-158, abril 2010.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

- FARIA FILHO, L.M. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. IN _ (Org.) *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, pp.89-125.
- FERREIRA, R.C.C. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937- 1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008.
- Genette, G. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do livro, 7).
- GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. In *Estudos históricos*, 1998, 21, pp. 121-127.
- HEYMANN, L.Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In *Estudos históricos*, 1997, 19, pp. 41-66.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NUNES, C. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. In *Revista da Faculdade de Educação*, jan./jun. 1998, vol.24, n.1, p.105-125.
- OLIVEIRA, J.B.A.; GUIMARÃES, S.D.P.; BOMÉNY, H.M.B. *A política do livro didático*. 2 ed. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da Unicamp, 1984.
- SOARES, F.S.; ROCHA, J.L. As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a Comissão Nacional do Livro Didático. *ZETETIKE*, Cempem, FE, Unicamp, v. 13, n. 24, jul./dez. 2005, p. 81-112.
- SOARES, M. B. Um olhar sobre o livro didático. In *Presença Pedagógica*, v.2, n. 12, nov./dez. 1996, pp. 53-63.
- STÁVALE, J. *Elementos de Matemática: primeiro volume, 1ª série ginásial*. 19 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (Livros Didáticos, Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 113).
- TEIXEIRA, G.B.; GONDRA, J.G. Observatório das aulas? Livros escolares e pesquisa em história da educação. IN MENDONÇA, A.W. *História e educação: dialogando com fontes*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010. (Fundamentos da Educação, 5), pp. 117-144.
- VALENTE, W.R. (Org). *A matemática do colégio: livros didáticos para a história de uma disciplina*. DVD, mar. 2011. Disponível em: <http://www.unifesp.br/centros/ghemat/DVD_s/HISTORIA/inicio.html>. Acesso em 3 ago 2012.
- VIEIRA, S.L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.